

O DISCURSO DO PRESIDENTE SOBRE OS POVOS ORIGINÁRIOS E QUILOMBOLAS NO PODCAST RETRATO NARRADO

Péricles Fernandes Cairo da Costa Lima
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB (Brasil)
Endereço eletrônico: periclesdacostalima@gmail.com.

Cássio Roberto Borges da Silva
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB (Brasil)
Endereço eletrônico: cassioroberto.borges@uesb.edu.br

2104

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é investigar a caracterização dos povos originários e quilombolas nos discursos do presidente, particularmente, aqueles que são mencionados no podcast Retrato Narrado (2020). Analisaremos esses discursos levando em conta as suas condições de produção, o *status* do enunciador e as relações de poder e saber que emergem em sua circulação.

Para se alcançar os objetivos propostos, discutiremos dois temas presentes na obra de Michel Foucault (1999, 2008, 2014): formações discursivas e biopoder. Além disso, abordaremos, ainda que apenas pontualmente, a noção de necropolítica em Achille Mbembe (2018) e o debate sobre civilidade em Ailton Krenak (2019), erigindo, assim, contrapontos em relação aos valores difundidos pelas intervenções discursivas examinadas.

METODOLOGIA

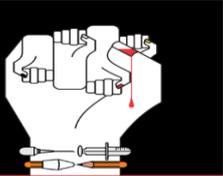
O percurso metodológico deste trabalho envolve, inicialmente, a reflexão sobre o conceito de formação discursiva em Michel Foucault (2008). Segundo o autor, uma formação discursiva caracteriza-se essencialmente por seu aspecto descontínuo, ou seja, ela constitui um “sistema de dispersão”. O funcionamento desse sistema, contudo, não pode ser concebido como resultante secundária de uma formação ideológica, ele situa-se num marco histórico e territorial que pode ser descrito como um “feixe complexo de relações”, como “regularidades” discursivas que não podem ser reduzidas apenas às determinantes de ordem econômica:

Realização:



Apoio:





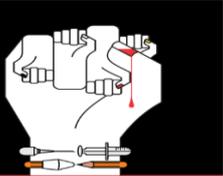
No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva - evitando, assim, palavras demasiado carregadas de condições e consequências, inadequadas, aliás, para designar semelhante dispersão, tais como "ciência", ou "ideologia, ou "teoria", ou "domínio de objetividade". (FOUCAULT, 2008, p.43)

Como se lê na passagem referida, as “formações discursivas”, para o autor, não se identificam nem podem ser concebidas como subsistemas, subordinados a instâncias majoritárias que, derivando-se de técnicas materiais ou de paradigmas epistemológicos, poderiam exercer dominância sobre as trocas simbólicas que efetivamente ocorrem nas práticas de um determinado corpo social. Nesse sentido, o exercício da função enunciativa e, conseqüentemente, a prática discursiva, em si, é encarada fundamentalmente como “objeto de uma luta política”:

Assim concebido, o discurso deixa de ser o que é para a atitude exegetica: tesouro inesgotável de onde se podem tirar sempre novas riquezas, e a cada vez imprevisíveis; providência que sempre falou antecipadamente e que faz com que se ouça, quando se sabe escutar, oráculos retrospectivos; ele aparece como um bem - finito, limitado, desejável, útil - que tem suas regras de aparecimento e também suas condições de apropriação e de utilização; um bem que coloca, por conseguinte, desde sua existência (e não simplesmente em suas "aplicações práticas"), a questão do poder; um bem que é, por natureza, o objeto de uma luta, e de uma luta política. (FOUCAULT, 2008, p. 136-137)

Em estudos subsequentes, essa dimensão política da “pragmática dos enunciados” de Foucault é retrabalhada sob a perspectiva das relações de força, desdobrando-se em dois temas cruciais para a “genealogias” dos anos subsequentes: o poder disciplinar e o biopoder. Enquanto o poder disciplinar focaliza o adestramento dos corpos individuais (FOUCAULT, 2014), o biopoder se aplica às populações, concebidas sob uma perspectiva biológica, exercendo controle sobre nascimentos e óbitos, sobre os cuidados médicos, a segurança pública, a seguridade social etc., configurando o que Foucault (1999) passa, então, a chamar de biopolítica da espécie humana.

O autor acredita que o antigo direito soberano sobre a vida dos súditos, “fazer morrer e deixar viver”, é substituído pelo biopoder que “faz viver e deixa morrer”. Para



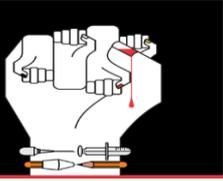
Foucault (1999, p. 304), o biopoder implementou, nos mecanismos do Estado, o racismo como “[...] meio de introduzir afinal, nesse domínio da vida de que o poder se incumbiu, um corte: o corte entre o que deve viver e o que deve morrer”. Esse “deixar morrer” não inclui apenas o assassinato direto, mas envolve a exposição a perigos, a potencialização de riscos de morte ou a morte política e social.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em Retrato Narrado (2020), pode-se observar que o presidente considera os territórios em que vivem as comunidades indígenas e quilombolas como um entrave ao desenvolvimento econômico do Brasil, já que, por serem protegidos pela Constituição Federal, não podem ser utilizados para mineração ou para agropecuária, por exemplo. Ainda segundo suas falas, os indígenas, supostamente, desejariam integrar-se à sociedade “civilizada” e, portanto, desejariam ter o direito de vender ou de explorar, em escala industrial, as suas terras. O pré-candidato, à época, também atacou os moradores de comunidades quilombolas, impingindo-lhes a pecha de comunidade ociosa e referindo-se ao seu suposto excesso de peso por meio de um termo que é usualmente empregado na caracterização de animais. Como se não bastasse, ele ainda correlacionou essa suposta causa à presunção de “inutilidade” de tais pessoas comparando-as, inequivocamente, com um rebanho de bovinos:

Nós queremos integrar. Não admitimos aqueles que querem que o índio permaneça como homem pré-histórico, preso em seu território. Eles querem fazer o que nós fazemos. O índio é nosso irmão, estamos buscando integrá-los à sociedade. [...] Eu fui num quilombola [sic] em Eldorado Paulista. Olha, o afrodescendente mais leve de lá pesava 7 arrobas. Não fazem nada! Eu acho que nem para procriador eles servem mais. (RETRATO NARRADO, 2020, on-line).

Falas com esse teor, pronunciadas a partir de um lugar eminente de anúncio, podem ser examinadas sob a perspectiva do biopoder, já que promovem a estigmatização de grupos sociais subalternizados e que supõem a inferioridade das práticas culturais que caracterizam a identidade dos povos originários do continente americano. Trata-se, evidentemente, de uma posição discursiva assentada no racismo estrutural que ainda afeta de forma tão incisiva a sociedade brasileira.

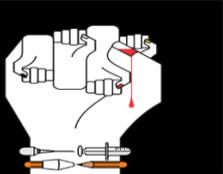


Achille Mbembe (2018, p.71) parte do conceito de biopolítica de Foucault para discutir o que ele denomina necropolítica, “[...] as formas contemporâneas que subjagam a vida ao poder da morte [...]”. Mbembe (2018) destaca que as bases da necropolítica podem ser encontradas no imperialismo colonial, quando a ocupação das colônias representava o controle físico e geográfico pelo poder da morte, o poder de reorganizar o espaço do dominado e de decidir quem é descartável.

Assim, é possível perceber que os discursos aqui mobilizados, sobre os povos originários e sobre os quilombolas, manifestam traços de necropolítica, uma vez que defendem a transformação do estatuto atribuído, pela Constituição de 1988, aos territórios ocupados por esses contingentes populacionais, expondo-os às agruras e violências impetradas por interesses econômicos que desprezam a “humanidade” desses grupos étnicos, como se viu no caso recente dos garimpos em terras Yanomami, assim como nas frentes de ocupação do território amazônico promovidas pelo agronegócio (BRUM, 2018). Vale lembrar que a possibilidade de comercialização e o conseqüente abandono desses territórios, assim como a sua possível “industrialização”, representam não apenas a inevitável morte política e cultural de tais grupos, mas também a sua efetiva morte física, como observamos em eventos recentes.

A velha ideia de integração dos indígenas à sociedade “civilizada” retoma tópicos discursivos que já apareciam no discurso teológico dos jesuítas dos séculos XVI e XVII, velhas tópicos que, revestidas por novos adereços, o evolucionismo racial de Spencer, por exemplo, reaparecem na segunda metade do século XIX. Esses argumentos têm sido sistematicamente combatidos por etnólogos, antropólogos, indigenistas, ambientalistas de todas as partes do mundo.

Os trabalhos de Ailton Krenak (2019) exemplificam esse combate. Ele critica a noção de “humanidade” denunciando sua ligação com o imperialismo, como, aliás, já apontava Arendt (1989). Para Krenak (2019), o conceito eurocêntrico de humanidade não dá conta das diferenças culturais e relega aqueles que se opõem a essa forma capitalista de progresso a uma condição de sub-humanidade, a exemplo das comunidades indígenas.



CONCLUSÕES

O presente estudo coloca em evidência a possibilidade de identificar alguns dos elementos em dispersão que integram as formações discursivas vigentes em nosso presente. Os discursos presidenciais sobre os povos originários e quilombolas, referidos no podcast Retrato Narrado (2020), revelam a permanência de postulados de matriz racial nas atuais formulações do discurso político brasileiro, formulações que reciclam velhos argumentos “civilizatórios” a fim de dar continuidade, por meio da ocupação “produtiva” do território, ao processo secular de extermínio da multiplicidade cultural (KRENAK, 2019) que caracteriza a formação étnica do Estado brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: Análise do Discurso. Biopoder. Necropolítica.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah. Origens do totalitarismo. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

BRUM, Eliane. Bolsonaro quer entregar a Amazônia. El País. 07 nov. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/07/politica/1541597534_734796.html. Acesso em: 10 mai. 2022.

FOUCAULT, Michel. A arqueologia do saber. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

_____. Em defesa da sociedade. Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalhete. 42 ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

RETRATO NARRADO: Episódio 01 – Em busca de Eldorado. [Locução] Carol Pires. [S.l.]. Produção: piauí; Rádio Novelo. Distribuição: Spotify. 2020. Podcast. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/1YZtqK4nc6ivsJHZXHtA6v>. Acesso em: 12 mai. 2022.